
**CAMBALHOTAS, MOLAS E CAVILHAS:
OS MENINOS DE OURO, DE AGUSTINA BESSA-LUÍS:
UMA REFLEXÃO SOBRE O PÓS-25 DE ABRIL DE 1974**

Somersaults, springs and pins — *The golden boys*, by Agustina Bessa-Luís: a reflection upon the after April 25th 1974

Márcia Valéria Zamboni Gobbi¹
Rodrigo Valverde Denubila²

RESUMO: Por meio do estudo do romance *Os meninos de ouro* (1983), de Agustina Bessa-Luís, pretende-se evidenciar como a autora utiliza a Revolução dos Cravos para tecer sua reflexão sobre alguns aspectos da condição humana à medida que investiga a essência dos diferentes sistemas políticos, bem como medita sobre determinados aspectos das personalidades-líderes, uma vez que estas, muitas vezes, conseguem representar os desejos da maioria da população por mudança.

PALAVRA-CHAVE: Agustina Bessa-Luís; *Os meninos de ouro*; Revolução dos Cravos; Literatura e História.

ABSTRACT: Through the study of the novel *The Golden Boys* (1983), by Agustina Bessa-Luís, we intend to show how the author uses a marked historical event — The Carnation Revolution — to weave his reflection about some aspects of the human condition as investigates the essence of different political systems as well meditates on aspects of the leaders personalities, since these men represent the wishes of the majority for change.

KEYWORDS: Agustina Bessa-Luís; *The Golden Boys*; The Carnation Revolution; Literature and History.

¹ Docente da Universidade Estadual Paulista, campus de Araraquara.

² Mestrando em Estudos Literários da Universidade Estadual Paulista, campus de Araraquara.

INTRODUÇÃO

Como surge a personalidade-líder? De que maneira as revoluções se dão? O desejo de seguir um chefe é inerente à condição humana? É a vontade de ver sanadas as moléstias existências que faz com que sistemas políticos surjam e desapareçam com as suas respectivas figuras representativas? O que fica do transitar de um sistema de governo para outro?

A essas perguntas-eixos, entre outras, Agustina Bessa-Luís tenta responder em *Os meninos de ouro*, obra publicada em 1983, nove anos depois da Revolução dos Cravos, ocorrida em 25 de abril de 1974. Após esse fato histórico, quando Portugal volta a ser uma nação democrática, uma nova classe política aparece, mas esses novos meninos de ouro são mais do mesmo? O que realmente se modificou em Portugal com a Revolução dos Cravos? Ampliando o questionamento: o que se alterou com a queda da monarquia e a instituição da República? Mas o grande pensamento filosófico sabe que as respostas obtidas levam a mais perguntas, não a verdades absolutas. Negar esse fato é refutar a cosmovisão agustiniana.

Os meninos de ouro é uma certa reflexão filosófica sobre a essência das autoridades políticas, independentemente do sistema vigente, bem como sobre a constância do desejo humano em acreditar em líderes que, por meio da sua representação ideológica, pareçam ser capazes de anular as causas do sofrimento humano.

O objetivo deste estudo é revelar como Agustina Bessa-Luís olhou (ajuizou) a Revolução dos Cravos e os acontecimentos subsequentes a esta de modo a enxergar certa constância do comportamento humano. Ou seja, sublinhar o modo como a autora usa como pano de fundo um fato histórico da sociedade portuguesa para transcender limites espaço-temporais e assim erigir reflexões de caráter geral. Para tal, usaremos a fortuna crítica acerca da autora, bem como as colocações de pensadores como Antonio Candido (2011), Alfredo Bosi (2002) (2013), Otto Maria Carpeaux (2011), Sigmund Freud (2013) e Max Weber (1982).

No primeiro momento de nossa discussão, traçaremos de maneira sumária certos quadros temáticos-expressivos caros à poética de Agustina Bessa-Luís para assim embasarmos a reflexão sobre o romance *Os meninos de ouro*. Esta se dá em dois momentos, um voltado mais para os aspectos psicológicos dos líderes políticos; o outro, para os aspectos políticos. Todavia, ambos estão atrelados e é essa convergência que movimenta o

discurso literário agustiniano presente em *Os meninos de ouro*, como a nossa proposta de leitura almeja destacar.

AS REFLEXÕES AGUSTINIANAS: POR UMA POÉTICA DA DÚVIDA

Hannah Arendt (1983), quando escreveu sobre o julgamento do nazista Adolf Eichmann, chocou aqueles que esperavam que suas reflexões fossem aumentar o lugar-comum do que era dito. Assim, em *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* (1963), a filósofa judia vai contra aquilo que ideologicamente era esperado, o que, apesar dos problemas enfrentados por ela, evidenciou sua independência intelectual frente à opinião pública.

O mesmo, a seu turno, pode ser dito de Agustina Bessa-Luís. Escritora portuguesa que em *Longos dias tem cem anos*: presença de Viera da Silva³ define-se como uma pessoa que “ajuíza as coisas” (BESSA-LUÍS, 1982, p. 9), isto é, alguém que relativiza, pondera. Essa percepção é central na romancista portuguesa, uma vez que, ao longo de sua literatura, Agustina Bessa-Luís deseja apontar possibilidades outras para o que entendemos como o fato concreto. Nessa articulação, a romancista evidencia a força da dúvida, haja vista que ao colocar os discursos costumeiramente aceitos como corretos em xeque faz com que o elemento totalizador perca força. Saímos de um pretérito perfeito para o modo condicional. Dito de outro modo, em Agustina Bessa-Luís o “é assim” torna-se um “poderia ser”. A autora de *A Sibila* (1954) refuta posturas fechadas em suas obras, bem como evita levantar bandeiras. A única erguida é a da independência do olhar.

Agustina Bessa-Luís, ao longo de mais de sessenta obras, em consistente carreira literária, o que faz com que ela seja colocada entre os grandes escritores do século XX, reflete sobre os fatos históricos, a condição existencial de uma nação, as grandes personalidades históricas do povo português, os seres humanos em sua interioridade conflitante, entre outros temas caros à poética da ficcionista.

³ *Longos dias tem cem anos*: presença de Viera da Silva é a biografia da pintora portuguesa Maria Helena Vieira da Silva escrita por Agustina Bessa-Luís, em que, ao comentar sobre a vida e daquela a romancista fala também de si.

[...] a literatura não é só, nem principalmente, o espelho das estruturas dominantes, mas um campo minado de tensões. *O grande escritor é uma antena capaz de apreender os sinais de fratura entre épocas, entre classes, entre grupos, entre indivíduos e entre momentos dilacerantes de um mesmo indivíduo.* [...] O espelhamento ou a negatividade das relações entre o escritor e a ideologia dominante enformam os estilos individuais e ora os aproximam das tradições estilísticas, ora são matrizes de inovações surpreendentes. *E a História, que tudo abraça, acaba sendo um processo em que o sim e o não se alternam, se separam e se fundem em combinações inesperadas* (BOSI, 2002, p. 39-40; grifos nossos).

A romancista olha a História oficial com cuidado, lê-a com cautela, diz ser “pouco inclinada aos sintomas da verdade retida nos papéis” (BESSA-LUIS, 2008, p. 51). Tem ciência de que a História não é uma, apenas aquela que consta dos documentos oficiais, mas, sim, formada por vários quadros, várias perspectivas. Ou seja, a História oficial é um discurso sobre o passado, um relato, uma perspectiva entre as muitas possíveis, um jogo entre o sim e o não, como colocou Alfredo Bosi (2002), no fragmento supracitado. Em síntese, a autora enfatiza que um fato está sujeito a interpretação — “o facto de qualquer relato, estando erigido sobre linguagem, se resume a mera *interpretação*, com toda a carga de subjetividade normalmente associada a este termo” (PEREIRA, 2006, p. 318). Portanto, o registro do fato está sujeito à visão daquele que minuta o acontecimento, por mais objetivo que aspire a parecer.

A percepção da força do elemento histórico vai-se avultando ao longo da escrita da autora, iniciada em 1948, com a novela *Mundo Fechado*, e a partir de *Santo António*, obra de 1973, Agustina Bessa-Luis entra em seu terceiro momento literário, o qual é marcado essencialmente pela reflexão histórica:

[...] pode-se afirmar que a partir de 1973, com a edição de *Santo António*, é possível perceber o que poderia ser chamado de uma nova fase, em que vai predominar a pesquisa documental para recuperação de um passado que se situa distanciado, quer no tempo (a Idade Média ou o

século XVI, por exemplo), quer de sua vivência pessoal (a vida de António Salazar, por exemplo) (FILIZOLA, 2000, p. 38).

A reflexão histórica se junta a outros temas caros ao discurso literário agustiniano, os quais foram intitulados arquétipos temáticos por Álvaro Manuel Machado (1983), autor de *Agustina Bessa Luís: o imaginário total*. São eles: a individualidade absoluta; o mistério essencial do existir; o mistério e hábito do ser no tempo, sendo este “o sentimento do mistério essencial do ser na sua tentativa de comunicação através dos próprios hábitos, que a passagem do tempo sedimenta, sobretudo os hábitos familiares” (MACHADO, 1983, p. 70). Aos hábitos familiares está unido o arquétipo temático das origens emocionais e das memórias que marcam a infância.

Além dos arquétipos temáticos elencados acima, temos também o da incompletude da obra expresso sobremaneira na conhecida sentença final de *O Manto* (1961): “Eis como se termina um livro — deixando sempre alguma coisa por dizer” (BESSA-LUÍS, 1961, p. 294). Essa ideia aparece nos escritos críticos da autora, publicados em *Contemplação carinhosa da angústia* (2000), como estilo inacabado. Diz Agustina Bessa-Luís (2000), em “Menina e moça e a teoria do inacabado”: “O estilo inacabado foi tema de discussão na escola florentina. Miguel Ângelo introduziu pela primeira vez na sua composição esse estilo que reflecte o sentimento da alma como tragédia cósmica” (BESSA-LUÍS, 2000, p. 82).

Atrelada a essa ponderação da romancista está também a do significado e da função da obra de arte, isto é, a “reflexão sobre o destino temporal da obra de arte perante o intemporal cósmico” (MACHADO, 1983, p.69), assim como o espírito do lugar em toda a sua ambiguidade e, por fim, a “paixão humana em si mesma, como risco total do ser e implicando diretamente o conhecer e o sofrer, e enfim o da História nas suas relações com a ideologia e com o mito” (MACHADO, 1983, p. 90).

A paixão é conotativa do desejo humano de dar sentido aos acontecimentos, o que faz com que dois elementos venham a lume, a saber, a emoção como desordem, mimetizada, em Agustina Bessa-Luís, através de uma arquitetura textual complexa, representativa do caos do mundo, ao revelar as forças incontrolláveis que nos regem, o que vai em direção oposta ao desejo de controle da natureza almejado pelas ciências iluministas e a emoção, por ser desordem e conter um elemento inexplicável, deve gerar a

reflexão literária como tentativa de explicar o inexplicável, de dar forma ao que é caótico.

Agustina Bessa-Luís opera com a História a mesma articulação que marca seu processo de dissecamento da condição humana expresso por meio do arquétipo temático do mistério essencial do existir, ou seja, sublinha que a ausência de certezas da existência também está presente no discurso histórico oficial que se quer, como já posto, a representação objetiva e empírica do passado.

Entende-se hoje que a História se engrandece muitas vezes com o desmentido dos grandes factos cuja luz encandeadora adultera a confissão do próprio homem. Esta é uma época em que toda a matéria que nos revela o passado está sujeita a revisão; não só porque as multidões têm a necessidade de ser informadas numa consciência menos partidária, mas também porque surgiram outros factores, éticos e científicos, que abrem mais amplo horizonte à inteligência dos estudiosos. Importa menos propor um herói para exemplo imperativo de uma sociedade, do que definir a qualidade humana que nos é comum, desprendida, tanto quanto possível, das influências de um sistema típico que a pode utilizar ou deformar (BESSA-LUÍS, 1993, p. 9).

Corroborando a visão agustiniana da relação entre História e literatura está Alfredo Bosi (2013, p. 124) que, na obra *Entre a literatura e a história*, destaca que “o fato historicamente verificado se converte, em nossa mente, no verdadeiro”. Em outras palavras, estamos acostumados a aceitar passivamente primeiras versões. “O verdadeiro, em História como em poesia, está ao alcance do homem. Mas está também sujeito ao tempo e à capacidade que as gerações tiveram de registrar e transmitir a sua experiência” (BOSI, 2013, p. 125).

Alfredo Bosi (2013) toca em um ponto importante, qual seja, a capacidade que alguns, essencialmente os artistas, tiveram de captar a ideologia do seu tempo, os acontecimentos particulares daquele determinado período e transformá-lo em discurso, em artefato poético. O escritor é uma antena capaz de perceber as contingências do seu tempo sócio-histórico. “O grande escritor é uma antena capaz de apreender os sinais de fratura entre

épocas, entre classes, entre grupos, entre indivíduos e entre momentos dilacerantes de um mesmo indivíduo” (BOSI, 2002, p. 39). Assim também pensa Agustina:

O autor é um sintoma. Ele reflecte as condições políticas e sociais do seu tempo, isso é coisa sabida e repetida constantemente. Desde o pequeno xamã que pinta à luz dum archote o bisonte e a corça, na parede duma gruta, até a concepção da *Guernica*, nos tétricos estertores dum traço eloquente e sagrado, tudo pertence ao mesmo movimento, sintoma da raça humana em crise; exprime o arrepio estranho dos grandes espíritos em rebelião ou submissão, na alteridade da sua experiência (BESSA-LUÍS, 2008, p. 22 e 23).

Logo, não é gratuito Antonio Candido (2011), em *Literatura e Sociedade*, destacar as funções total, social e ideológica da obra de arte, uma vez que esta é um sistema. Essa percepção impede leituras reducionistas.

Com efeito, sociólogos, psicólogos e outros manifestam às vezes intuítos imperialistas, tendo havido momentos em que julgaram poder explicar apenas com os recursos das suas disciplinas a totalidade dos fenômenos artísticos. Assim, problemas que desafiavam gerações de filósofos e críticos pareceram de repente facilmente solúveis, graças a um simplismo que não raro levou ao descrédito as orientações sociológicas e psicológicas, como instrumento de interpretação do fato literário (CANDIDO, 2011, p. 27).

Traçamos essa linhas sobre o quadro temático-expressivo de Agustina Bessa-Luís, como também pontuamos algumas colocações da crítica para fundamentar a discussão que proporemos sobre *Os meninos de ouro*, pois esse livro une fortemente reflexão histórica, social e existencial, uma vez que o caráter da personagem central, José Moreira Matildes, representação do líder emocionalmente projetado, o político em quem as esperanças da nação são depositadas, é esmiuçado pelo narrador heterodiegético à medida que as consequências psicossociais da Revolução dos Cravos são traçadas.

A obra olha para a política portuguesa após os acontecimentos do 25 de Abril, tanto esmiuçando as relações de poder quanto buscando o elemento humano que as movimenta. É necessário destacar que um dos eixos centrais da escrita agustiniana é uma profunda investigação sobre as relações humanas. Em *Os meninos de ouro*, esta se dá, especificamente, nas relações de poder político.

A literatura não existe no ar, e sim no Tempo, no Tempo histórico, que obedece ao seu próprio ritmo dialético. A literatura não deixará de refletir esse ritmo — refletir, mas não acompanhar. Cumpre fazer essa distinção algo sutil para evitar aquele erro de transformar a literatura em mero documento das situações e transições sociais. A repercussão imediata dos acontecimentos políticos na literatura não vai muito além da superfície, e quanto aos efeitos da situação social dos escritores sobre a sua atividade literária será preciso distinguir nitidamente entre as classes da sociedade e as correspondentes “classes literárias”. A relação entre literatura e sociedade — eis o terceiro problema — não é mera dependência: é uma relação complicada, de dependência recíproca e interdependência dos fatores espirituais (ideológicos e estilísticos) e dos fatores materiais (estrutura social e econômica) (CARPEAUX, 2011, p. 39).

Agustina Bessa-Luís, como exposto, problematiza as questões, ajuíza-as; logo, a mesma atitude é adotada quando a escritora se debruça sobre a Revolução dos Cravos que é “antes de tudo, uma cambalhota que a sociedade utiliza para experimentar as suas molas e cavilhas” (BESSA-LUÍS, 1983, p.82). Contudo, apesar do foco essencial estar nos anos após a Revolução dos Cravos, a perspectiva se alarga para assim chegar à meditação de caráter mais geral, mais universal, — movimento este característico das obras agostinianas, — quando o narrador alude discretamente a diferentes sistemas governamentais à medida que percorre certos aspectos essenciais de cada um deles.

É necessário salientar que a Revolução dos Cravos fora tematizada anteriormente em *A Crônica do Cruzado Osb.*, obra de 1976. Feitas as devidas ressalvas, *Os meninos de ouro* e *A Crônica do Cruzado Osb.* podem ser vistos como obras complementares.

Ora, *Crônica do Cruzado Osb.* é bem claramente um romance sobre a revolução nas suas relações com o tempo e com as paixões humanas. Desde o início, Agustina tenta definir a revolução interrogando-se sobre a sua ambivalência passional e temporal: “A revolução: até que ponto era obra de nivelamentos surdos do inconsciente emergindo até à razão como motivo da própria razão? A multidão encarava-a unicamente como um regresso à natureza comum, algo que propiciava a festa da comunidade, e em muitos aspectos transitórios” [...] Por outro lado, *Crônica do Cruzado Osb.*, desmonta todo o processo político, sócio-económico, cultural e psicológico do movimento revolucionário do 25 de Abril de 1974, põe bem em relevo não só a impossibilidade de regressar ao passado mas também, talvez sobretudo, os obscuros males desse passado (MACHADO, 1983, p. 102-103).

Antonio Candido (2011), no ensaio “Estrutura literária e função histórica”, diz que “a função histórica ou social de uma obra depende da sua estrutura literária” (p. 177); tal postura evita o risco do paralelismo, isto é, “mostrar, de um lado, os aspectos sociais e, de outro, a sua ocorrência nas obras, sem chegar ao conhecimento de uma efetiva interpenetração” (CANDIDO, 2011, p. 9). Portanto, ao investigarmos a estrutura adotada em *Os meninos de ouro* estaremos, em maior grau, frisando como Agustina Bessa-Luís (1983) olhou para os eventos histórico-sociais, ponderando-os.

AS ESPERANÇAS DEVORADORAS

Agustina Bessa-Luís trabalha seus arquétipos temáticos por meio de uma complexa elaboração filosófica, assim como prima pela habilidade verbal, o que, de acordo com Álvaro Manuel Machado (1983), aproxima a obra da autora portuguesa do conceptismo barroco. Este visa pesquisar à essência dos objetos, dos fatos; quer saber o que são, busca enxergar a face oculta das coisas, apenas acessível ao pensamento, aos conceitos.

As obras de Agustina não se abrem facilmente. A complexidade da escrita agustiniana, como destacou Eduardo Lourenço (2009) em seu artigo

“A indomável”, publicado em número da revista *Ler* dedicado à escritora, muitas vezes afasta os leitores. A arquitetura textual dos seus romances é marcada por um aspecto labiríntico, espiralado, pela descontinuidade temporal e por jogos de ideias. Ao longo da leitura, o sentimento de perda de rumo é comum; no entanto, de forma alguma é gratuito, uma vez que ajuda a revelar a ausência de certezas cartesianas, como também avulta a força do fragmentário. Os motivos não estão postos facilmente, assim como o mesmo fato é olhado por variados ângulos.

Esses traços característicos da escrita de Agustina Bessa-Luís estão presentes em *Os meninos de ouro*. É após idas e vindas temporais, depois da descrição de alguns motivos e personagens dotadas de forte caráter, como Ana de Cales, que parece ser a matéria principal da obra, que chegamos a José Matildes e aos motivos do livro. Ao trazer a narrativa para o ano de 1860, ao descrever a vida de Ana de Cales, passar pelos anos de 1955, 67, 74, 77, entre outros, Agustina Bessa-Luís destaca que os fatos não se dão de forma gratuita. Há, digamos, uma espécie de maturação até chegar ao estopim, ao momento divisor de águas como a Revolução dos Cravos, em que a sociedade toma novos rumos.

Seria de minha perfeita satisfação inventariar de uma ponta a outra deste romance a vida genial e produtiva de Ana de Cales, cheia de perseverança e de mística triunfalista. O seu caráter de amazona duriense, o seu talento para o negócio, que equivale à arte da guerra urbana que se foi desenvolvendo progressivamente até se incrustar num terrorismo de gabinete caro aos homens de poder internacionais, não foi em vão que os auscultei. Era talvez mais fina matéria do que a que vou abordar, a dos barões contemporâneos da veia política, os seus acidentes e as suas desfortunas (BESSA-LUÍS, 1983, p. 28).

Para José Matildes chegar ao poder muitas coisas aconteceram anteriormente e é necessário olhá-las. Assim, as voltas temporais, características do romance, são necessárias para avultar a relação entre causa e consequência que perpassa a História, bem como delimitam a formação do caráter das personagens em ação. Quer de modo singular, quer coletivo, grande parte das explicações do hoje está no ontem e Agustina Bessa-Luís destaca esse fato ao longo de suas obras.

Acontecia que os mais atrevidos, ou os mais capazes de optar por ideias novas, as tomavam como obrigações morais, quando eram alternativas da economia e função reparadora em vista ao desgaste produzido pelo sofrimento humano. Em geral, aquilo que tomamos como liberdade não é mais do que a reparação afectuosa feita ao declínio do impulso da vida. Em tempos tão opressivos como os nossos, em que um sem número de ameaças e de horrores dão a volta à terra em escassos minutos, deixando um rastro de angústia que se traduz em toda a espécie de recusa e de angustamento, o homem é autorizado a câmbios que padecem de grande alcance e são só um bálsamo da sua melancolia (BESSA-LUÍS, 1983, p. 282-3).

José Matildes conota essencialmente o desejo de transformações político-sociais existentes na sociedade portuguesa após quarenta e um anos de ditadura, momento esse em que “a política se tornou vã e a voz popular se perdeu” (BESSA-LUÍS, 1983, p. 69). Em função da vontade de renovação, fruto da “teologia da revolução” (BESSA-LUÍS, 1983, p. 76), expressão certa utilizada pela autora, “atribuíram a José a força e a graça que a salvação necessita; e queriam-no ainda vivo, na idolatria das suas virtudes, que eram afinal o contrato de um desespero comum” (BESSA-LUÍS, 1983, p. 310-311). José Matildes conota, em suma, o desejo coletivo por alteração no quadro político-social.

A palavra, que ele [José Matildes] soubera conduzir como símbolo operatório de uma ideia no fundo aliada à cena primitiva de apropriação e renúncia que marca toda a função das ideologias, não a podia proferir e viver nunca mais. Morto, ficava convertido à imortalidade; vivo, seria esquecido e, com ele, todo o seu séquito e as esperanças devoradoras que o tinham erguido aos cumes de uma glória árdua, porque não era composta de sacrifícios pacíficos (BESSA-LUÍS, 1983, p. 312).

Para um político ter sucesso, sua ideologia (“esperanças devoradoras”) tem de ser introjetada e aceita pela maioria da população,

mesmo que depois seu discurso torne-se vazio, demagógico, o que normalmente acontece. Certos tempos históricos são mais propícios para o surgimento de novas ideologias, as quais estão personificadas na figura do líder político. Logo, o desgaste causado pela ditadura salazarista facilitou a chegada de José Matildes ao poder.

José sabia que não tinha que contar com a adversidade que é um povo ligado a um antigo chefe. O princípio acomodaticio do povo português ia buscá-lo à relativa liberdade que estivera a par da sua imaginação para a tornar produtiva; e também à indiferença que os estadistas lhe mereciam e ao individualismo que os fazia fracos nas empresas que exigiam organização de massa (BESSA-LUÍS, 1983, p. 213).

Há um profundo sentimento de coletividade que une as pessoas em volta de um chefe. Esse tipo de pulsão muitas vezes faz com que a personalidade individual seja abandonada, que os homens cometam “sacrifícios pacíficos” em prol da coletividade, esta última sintetizada na imagem do dirigente político, no grande salvador e na vinculação às ideologias pregadas por ele, ou seja, a “renúncia que marca toda a função das ideologias”.

Agustina é conhecedora profunda da obra de Sigmund Freud. Leu os escritos do médico vienense “de fio a pavio como um romance e comentará que ‘depois disso nada fica intacto’” (LEME, 2009, p. 44). Feitas as devidas ressalvas, um dos cerne centrais da ideia conceptista desenvolvida em *Os meninos de ouro* está em *O mal-estar na civilização*, publicado por Freud em 1929.

Nesse ensaio, o médico vienense trata das relações entre os indivíduos, os líderes e a civilização, entre “o processo cultural e o desenvolvimento do indivíduo” (FREUD, 2011, p. 59). Discute, entre outras coisas, como a substituição da noção de indivíduo isolado pela noção de coletividade foi uma das responsáveis pelo surgimento da civilização. Quando um grupo de indivíduos passa a seguir um conjunto de preceitos comuns é que a vida em sociedade se torna possível.

A vida humana em comum se torna possível apenas quando há uma maioria que é mais forte que qualquer indivíduo e

se conserva diante de qualquer indivíduo. Então o poder dessa comunidade se estabelece como “Direito”, em oposição ao poder do indivíduo, condenado como “força bruta”. Tal substituição do poder do indivíduo pelo da comunidade é o passo cultural decisivo. Sua essência está em que os membros da comunidade se limitam quanto às possibilidades de gratificação, ao passo que o indivíduo não conhecia tal limite. Portanto, a exigência cultural seguinte é a da justiça, isto é, a garantia de que a ordem legal que uma vez se colocou não será violada em prol de um indivíduo (FREUD, 2011, p. 27).

Normalmente, há uma figura que representa esse conjunto de “esperanças devoradoras”, utilizando a expressão agustiniana, que qualificam determinada sociedade, como também há, em outros momentos, uma figura que significa o desejo de modificar certos preceitos estagnados. Robespierre de um lado, Luís XVI do outro, por exemplo. Governo e governados em desconcerto. A esses líderes narcisisticamente projetados, o tipo heroico de uma cultura, o homem público que consegue, por meio de suas palavras, homogeneizar os desejos de cada um, Sigmund Freud (2011) chamou de Super-eu.

O Super-eu de uma época cultural tem origem semelhante ao de um indivíduo, baseia-se na impressão que grandes personalidades-líderes deixaram, homens de avassaladora energia espiritual, ou nos quais uma das tendências humanas achou a expressão mais forte e mais pura, e por isso também, com frequência, a mais unilateral (FREUD, 2011, p. 60).

A sùmula do pensamento desenvolvido em *Os meninos de ouro* e do freudiano expresso em *Mal-estar na civilização* está presente no excerto abaixo: “Toda a ideologia do investimento da personalidade é mais ou menos moderada pela força da república; e tem a sua fase de antiguidade pagã quando traduz no endeusamento dos seus heróis as suas preocupações profundas” (BESSA-LUÍS, 1983, p. 79). No trecho supracitado, podemos encontrar a leitura de Freud feita por Agustina Bessa-Luís, bem como a ideia da autora para o mito da personalidade política que representa os ideais de

um povo, a necessidade ontológica que os homens têm de seguir um chefe desde o início da História humana, ou seja, quando o primeiro ser humano se enxergou como comandante e passou a ser o Super-eu daquele grupo. Os meninos de ouro agustinianos são em essência uma releitura do Super-eu freudiano.

O sentimento de pertencer a um grupo, a uma sociedade passa a estar ligado ao de identidade e esta também é uma construção histórico-social. Entretanto, a noção de identidade traz a ideia de dependência. Ao assumir os princípios da coletividade, os da individualidade estão postos em xeque, já que os valores morais, legais e culturais de determinada nação passam a ser imperativos. Portanto, a construção da moral, da vida em sociedade, está ligada fortemente à ideia de negação dos impulsos individuais.

Não podiam atribuir-lhe uma identidade sem a tornar dependente de alguém ou de alguma coisa — e isso era toda a questão. É possível que, na sua origem e no seu limite, o homem não tenha uma identidade; a sua ressurreição é esse estado perfeito de ausência de identidade (BESSA-LUÍS, 1983, p. 281).

Ao falar sobre as conseqüências psicossociais da Revolução dos Cravos, Agustina Bessa-Luís toca em um ponto central: a noção de identidade. Muitas vezes as pessoas se tornam dependentes da imagem idealizada projetada por certa personalidade-líder, sendo esta projeção representativa dos desejos da coletividade — no caso em questão, um político que, por meio dos seus atributos particulares, parece ser um ser de exceção frente aos outros e faz com que estes sintam afinidade por ele e, conseqüentemente, queiram segui-lo.

Quanto mais um homem é convocado pelo poder e se desenvolve dentro de uma combinação de exceções, mais se projecta sobre o seu semelhante, como num espelho que lhe devolve a imagem idealizada. Não importa que o outro seja o seu paradigma merecido; de qualquer modo, efectua-se uma transferência tão forte que todas as contradições desaparecem. [...] A mística das afinidades não se sabe onde começa. As pessoas são acometidas de um desejo

desmesurado de se relacionarem com o seu próprio retrato infiel, só que implacável na sedução que exerce. “Todos queremos ser o que não somos” — dizia, em linguagem chã, a única confidente de Rosamaria, uma tal Filomena das Virtudes que tinha fama de curandeira (BESSA-LUÍS, 1983, p. 48).

Todavia, as aparentes virtudes, que levam à imagem idealizada e aceita pela coletividade, muitas vezes estão pintadas, na verdade, pelas cores da fraude. Para Agustina Bessa-Luís (2008), a marca do chefe, quer político, quer religioso, é a contradição. Após aceito pela coletividade, muitas vezes esta logo o coloca em causa, quando, mais uma vez, ele se mostra incapaz de findar com as carências humanas, os desejos humanos, porque estes, na sua essência, são constantes. A certeza, sentimento problemático de acordo com a ótica agustiniana, leva à instauração da dúvida e esta traz a angústia.

Quando uma sociedade aceita o significado de alguma coisa, a dúvida instala-se imediatamente; porque a sociedade compreende que toda a tentativa de reduzir as coisas a uma discriminação implica um erro. Dizem. Por isso, no domínio da política ou no domínio religioso, depois dos primeiros esclarecimentos e configurações que conduzem a uma norma, surge a contradição como medida que estabiliza a função da consciência. Isto resulta em surpresa para a maior parte dos dirigentes, uns mais infáveis do que outros; e eles costumam incluir no número das suas decepções o que é afinal um comportamento saudável dos povos (BESSA-LUÍS, 2008, p. 56).

O PRINCIPADO REPUBLICANO E OS BARÕES DA POLÍTICA

Em seu processo de relativização, Agustina Bessa-Luís (1983) toca em um ponto importante acerca da Revolução dos Cravos: com a saída do sistema ditatorial e a chegada da democracia, a essência do comandante

político narcisicamente projetado continua basicamente a mesma, bem como as estruturas das instituições; em suma, pouca coisa realmente se altera. Esse pensamento é expresso por meio da personagem Aldo Marciano, representante, em *Os meninos de ouro*, do homem comum.

Com a revolução, o eixo da conjuntura social deslocara-se, ainda que a fala oficial das instituições ficasse relativamente igual. Aldo Marciano, que fora durante bastantes anos maquinista ferroviário, como seu pai (Aldo era o que Marciana chamava não-filho, ou seu enteado), dizia que a cara da política da nação se modificara, mas o traseiro estava na mesma. Por palavras que afinal se consideravam científicas, podia dizer-se que o cu institucional permanecia. Na verdade, o que ia movendo o conceito público eram as próteses que se verificavam no corpo social. [...] Bem vistas as coisas, a política era um pequeno território onde cabia apenas o terrorismo teórico e onde os factos se perdiam. Esta espécie de reflexões é exatamente repelente, como se diz dos produtos venenosos que afastam os mosquitos, e por isso vamos suspendê-las (BESSA-LUÍS, 1983, p. 329).

Temos a óptica do homem comum olhando para a Revolução dos Cravos, como também a do banqueiro e empresário rico, o homem de “personalidade burocrática” (BESSA-LUÍS, 1983, p. 47), mimetizada na personagem Mateus Alba Pereira, tio de Rosamaria Alba Pereira, mulher de José Matildes e tataraneta de Ana de Cales.

De facto, Mateus era um símbolo do êxito financeiro. Presidente de conselho de administração em várias empresas, diretor de um banco prestigiado, homem de muitas batalhas socioeconómicas no foro estatal, publicara mesmo uma obra sobre consórcios, e as suas teorias a respeito de holdings foram adoptadas em época inesperada. Não se podia queixar, e o 25 de Abril, que o deixou a pairar numa espécie de desemprego, como instrumento indisciplinado do capital, pareceu-lhe uma desavença com o regime, e não uma revolução exatamente. Mas na altura em

que ele trava este diálogo com Arnaldo, ele estava ainda de posse de todos os seus cargos, e até não se separara senão de facto da mulher (BESSA-LUÍS, 1983, p. 44; grifos nossos).

A Revolução dos Cravos, como movimento histórico, é esmiuçada por meio da sua multiperspectiva, tão ao gosto da escritora: temos a de Aldo Marciano, a de Mateus Alba Pereira, que, como vimos, enxerga a mudança como mais do mesmo, bem como, em maior grau, a de José Matildes:

Era [José Matildes] um rapaz auspicioso, que tivera em Coimbra uma carreira sem reprovações, e que, sem dar nas vistas, tinha um potencial muito raro nos portugueses: o poder não era para ele uma consequência de classe patronal, era um destino a ser vivido, com todas as suas misérias e decepções, suas grandezas e seus desprazeres. Era, em suma, uma das poucas figuras favoráveis à tragédia que a pátria tem produzido depois de Alcácer-Quibir ou depois de D. Pedro V (BESSA-LUÍS, 1983, p. 28-9).

Esses homens que formaram a classe política pós-25 de abril passaram a se ver como especiais frente aos seus iguais, ou seja, como seres de exceção diante da coletividade. No entanto, “um político não admira ninguém, a não ser aquilo que favoreça o seu próprio nautismo” (BESSA-LUÍS, 1982, p. 13). Assim, o desenvolvimento da personalidade-líder não é mais fruto de um direito de sangue, de uma classe patronal, mas, sim, do modo como esse homem passa a se ver, na sua autoproclamação como ser célebre.

Quem faz as revoluções são os benfeitores da Nação, e quem as sustenta são os voluntários acima do comum, ou seja, os que sabem distinguir as coisas sérias de um expediente, o que não é fácil e requer singular competência. O 25 de Abril arrumou um terço dos cidadãos por ordem de profissão de fé: uns partiram, outros morreram, outros ainda retiraram-se com os seus prejuízos e as suas recordações e dedicaram-se a uma vida despectiva, augurando o fim do mundo. Mas os filhos segundos das famílias que se

distinguiam pelos escrúpulos e pela fortuna, *apareceram à luz dos acontecimentos e proclamaram-se célebres* de um dia para outro, propondo soluções e mostrando a impaciência como se ela fosse uma razão digna de aprovação. Entre esses, ganharam rápido ascendente Márcio de Lima, José Matildes e Farina, todos democratas sofistas, mas homens de alguns talentos também (BESSA-LUÍS, 1983, p. 108-9; grifos nossos).

Aliados aos políticos de carreira vêm os cargos satélites a estes, como assessores, secretários, estrategistas políticos, os quais se beneficiam de pastas ministeriais ou outros tipos de cargos públicos — este último representado pela personagem Francisco Farinha: “Farina era o bobo que sabe que nunca será rei, e por isso converte em fantasias as coisas sérias e em coisas ridículas as admiráveis” (BESSA-LUÍS, 1983, p. 82). Ainda:

Depois dos primeiros contatos com os factos, remetidos à sua projecção de pequena franja da cosmologia contemporânea, cada um se voltou para a solução dos seus interesses privados, nem desiludido nem deslumbrado. Mas houve uma esfera de intelectuais, ainda o bastante novos para incluírem na sua carreira o que de oracular têm as mais simples menções históricas. Entre eles estava José. Com Márcio Lima e um escritor chamado Francisco Farinha, ou Farina, que se ligaram numa forte determinação, num postulado, por assim dizer, a brecha que em tempos se abrira no regime alargou-se como uma vasta boca de cena. Só José Matildes era verdadeiramente perigoso; ele levava para a política a sede insaciável de tudo que estava para além de si mesmo e que revela a vida como uma correspondência com a imortalidade. Márcio limitava-se a segui-lo com a aspiração vaga de conhecer o poder através de uma via afectiva de grupo; e Francisco, até aí um mau literato, mas fortemente impregnado da melancolia irritada dos que, com um mérito imperfeito, se querem apoderar imediatamente do que lhe surge como um paraíso ao alcance da mão, esse contagiou os outros com o seu sentimento sintético de fusão no tipo heroico de uma

cultura. Havia concórdia no discurso, mas, na realidade, esses três magos da teologia da revolução estavam profundamente separados (BESSA-LUÍS, 1983, p. 76).

Como já enfatizado, Agustina Bessa-Luís é conhecida por tecer romances embebidos de concepções filosóficas, tanto que o contraponto estabelecido entre José Matildes e Farina pode ser visto como a distinção que o filósofo alemão Max Weber (1982) faz entre o político por vocação e o político por carreira, presente no ensaio “A política como vocação”. Ou seja, “viver ‘para’ a política, ou viver ‘da’ política” (WEBER, 1982, p. 105).

O político por vocação trabalha essencialmente por um ideal, “é pessoalmente reconhecido como o líder inerentemente ‘chamado’ dos homens” (WEBER, 1982, p.100); já o político profissional movimenta-se pelo salário, pelo *status*. Todavia, é necessário ressaltar que essa distinção não pode ser vista de modo estanque; como o referido pensador afirma: “os tipos puros raramente se encontram na realidade” (WEBER, 1982, p. 99). Logo, há predominância, não totalidade, de uma dessas vocações:

Esses políticos de “vocação”, no sentido mais autêntico da palavra, são em toda parte as únicas figuras decisivas nas correntes cruzadas da luta política pelo poder. [...] O domínio organizado, que demanda a administração contínua, exige que a conduta humana seja condicionada à obediência para com os senhores que pretendem ser os portadores do poder legítimo (WEBER, 1982, p. 100).

Já os políticos profissionais:

aparecem primeiro a serviço de um príncipe. Eram homens que, ao contrário do líder carismático, não queriam ser senhores, mas que se colocavam a serviço dos senhores políticos. Na luta da expropriação, eles se colocavam à disposição dos príncipes e administrando-lhe as políticas, ganhavam, de um lado, a vida e, do outro, um conteúdo de vida ideal. E, ainda nesse caso, *somente* no Ocidente encontramos esse tipo de político profissional a serviço de outros poderes além do príncipe. No passado, foram o mais importante instrumento do poder do príncipe e seu

instrumento de expropriação política (WEBER, 1982, p. 103; grifo do autor).

As duas citações acima de Max Weber (1982) explicam teoricamente a última citação retirada de *Os meninos de ouro*, em que o narrador entrelaça a relação entre José Matildes, o político por vocação, Márcio Lima e Francisco Farina, estes dois últimos representantes dos políticos profissionais. O excerto a seguir, em que os traquejos políticos de Farina são descritos, fecha com singular exemplaridade a discussão weberiana sobre o político profissional:

Foi [Farina] nomeado para um cargo na Secretaria de Estado da Cultura, depois propôs-se para um lugar da Unesco, e não deixou de intrigar, atropelar algumas pessoas de bem, da maneira menos mefistotélica do mundo, isto é: levianamente e conduzindo-se como um pedante no que podia mostrar-se como um canalha com direitos. Quando insinuavam que ele se comportava descaradamente, Farina tinha a sua frase swiftiana: “Enfim, o supremo argumento: a coisa está feita, não falemos mais nisso.” [...] Mas na peugada dessa sociedade em que as hipocrisias bem praticadas acabavam por parecer virtudes perdoáveis, havia outra mocidade que prescindia da ironia para se fazer invisível e, por conseguinte, para esperar a sua oportunidade (BESSA-LUÍS, 1983, p. 108).

Em Portugal, o político profissional ressurgiu mais fortemente no período pós-ditadura militar conhecido como Terceira República Portuguesa, que se inicia em 1976, após as primeiras eleições presidenciais diretas, que elegeram António dos Santos Ramalho Eanes, e estende-se até os dias presentes. A classe política passa a ser constituída por indivíduos contrários ao Estado Novo (1933-1974), quer de pensamento mais esquerdista, quer mais direita, e é formada por economistas, professores universitários, advogados, entre outros, os quais se colocam como portadores de uma nova ideologia.

Como pontuou a autora, o corpo social da sociedade é o mesmo, o que se modifica são as próteses e, nesse novo movimento de um velho corpo, que voltou a caminhar após os acontecimentos do 25 de abril, mais uma vez

as promessas saídas dos discursos desse novo tipo político se mostraram ocas e essencialmente demagógicas. O velho corpo passa a ser infestado por parasitas de partido, isto é, “os que não têm política, têm ambições, ou somente têm apetite” (BESSA-LUÍS, 1983, p. 106). Não é fortuito, portanto, Agustina Bessa-Luís (2008) definir a democracia da seguinte maneira:

Hoje, fala-se imensamente de democracia. Eu acho que não deve haver dez pessoas que saibam o que é democracia, nem acredito que sejam capazes de a viver. Acho que teríamos que começar por aí. No fundo é um estado de civilização muito apurado. Mas, nessa definição, cabem todas as tropelias e todas as insânias e todas as mediocridades.

Aquilo que podemos chamar desgraça dos dirigentes é a sua desconexão com a massa popular. A democracia acaba em fachada sonsa de uma pequena festa oligárquica; os partidos, produzidos por uma composição de afinidades e sentimentos de grupo restrito, decidem sem a intervenção do povo nas circunstâncias geralmente limitadas a campanhas irreais; campanhas de conteúdo aparentemente cívico e tutelar, como sejam alianças, intervenções e processos persecutórios, internos ou externos, destinados a coroar um valor superlativo do governante. A descolonização foi um desses processos, a entrada na CEE é outro, e assim por diante (BESSA-LUÍS, 2008, p.73-4).

Muda-se o sistema político, o tipo heroico de uma cultura; entretanto, o desejo de poder continua, haja vista que este é elemento comum à História da humanidade desde que o homem abandona o sentimento de individualidade pelo da coletividade e passa a seguir o Super-eu, os meninos de ouro daquela cultura.

A Aliança que se fez entre Márcio e Farina resultava de um mecenato especial: o poder, poder em perspectiva, retirava do intelectual a sua personalidade em que se combinavam as preocupações da salvação pública e a grandeza do nome e da fortuna; do outro lado estava o cortesão, disposto às

atividades complacentes, entre as quais a cultura representa a apoteose (BESSA-LUÍS, 1983, p. 79).

Eis que, com a mudança do sistema político, renova-se a esperança da população em ter os seus desejos atendidos, uma vez que esta acreditou nas esperanças devoradoras vendidas pelo novo político da Terceira República. No entanto, assim que ele chega ao poder, o que impera é o seu desejo, a sua vontade de poder, a festa oligárquica do seu partido. Nomes e figuras novos para sentimentos antigos. Mudam-se as próteses, mas o corpo continua velho. A demagogia impera:

O que era imediatamente visível na sociedade portuguesa de 75 era que ela se apropriava tanto de ideias como de comportamentos já testados e sem alguma originalidade. O facto era tudo isso ser aproveitado pela conjuntura política como um favor feito ao cidadão, que ficava com o direito de fantasiar o seu poder, mas que, como as crianças, pela força do próprio desejo nega toda e qualquer realidade. Tratava-se de um povo imaturo que, no sentido de criação, estava impossibilitado pelo desejo alienante de obter as coisas, negando toda a situação de troca. Esta visão não caberia no espírito demagógico, ou simplesmente timorato, que alastra como um cancro e se tornou uma espécie de emplastro narcísico sobre a ferida das carências humanas e sobre o impulso de apropriação que explodira subitamente (BESSA-LUÍS, 1983, p. 167).

Por meio do esmiuçar das artimanhas políticas, da ânsia de poder pelo poder, do modo como os homens querem curar “a ferida das carências”, o narrador de *Os meninos de ouro* tece sua crítica à sociedade e à política portuguesas — aquela pela constante espera do salvador da pátria, expresso essencialmente no mito sebastianista; esta por saber se aproveitar desse aspecto da cultura portuguesa e projetar uma imagem ideal capaz de ludibriar a todos e que traz profundamente os seus interesses particulares em detrimento do coletivo aos moldes da monarquia, dos ditadores:

Já por si o acto de esperar é um pensamento. Ele integra uma comunidade inteira, reveste o carácter de um povo. O

português é aquele para quem esperar é um pensamento; esperar tem a sua forma vazia e a sua forma repleta. O facto que se espera tem que concordar com o facto que consuma a esperança. Só que, uma vez cumprida uma expectativa, nada é igual ao acto de esperar como pensamento.

Isso deu-se com a Revolução do 25 de Abril, e dá-se no quotidiano de cada um de nós. Toda a forma repleta de esperar tende para ser uma forma vazia. O caudilho não nasce exactamente dos conflitos, para progredir num ambiente de luta pelo poder político; nasce sobretudo do acto de esperar, que é um pensamento de um povo, e da forma vazia da esperança, consequência imediata da forma repleta da esperança. A natureza do caudilho não é de maneira nenhuma rara. Em muitos homens se encontram qualidades de liderança, de humanização, responsabilidade e acomodação e reforma, prontas a desenvolverem-se e a tornarem-se um pólo emocional; mas, se não se der esse acontecimento cíclico na esperança, a sua forma vazia do acto de esperar que é um pensamento, ele não tem hipóteses de ser reconhecido. O acto de esperar não pode ser correspondido como o facto do sofrimento, a fome, a doença. O acto de esperar nunca é igual ao cumprimento da promessa; porque ele é um pensamento (BESSA-LUÍS, 1983, p. 179-80).

O trecho acima é iluminador, haja vista que expõe como o processo histórico e a essência de um povo produzem os seus governantes, sendo que estes aproveitam dos anseios, do contínuo hábito de esperar por melhoras praticamente inalcançáveis, pois, em perspectiva ampliada, o desejo humano não tem limite — esse é o *leitmotiv* da psicanálise.

Uma sociedade de ociosos é mais própria de um principiado do que de uma república; razão porque Portugal se tornou uma nação de desigualdades viciosas que tenta ingloriamente governar-se como uma república.

José Matildes era o príncipe que Farina vislumbrou para situar no centro de um grupo de ambiciosos capazes de assegurar o poder, pelo simples facto de lucrarem com ele.

Talvez os portugueses aspirem a uma igualdade que nenhum homem o bastante sábio para estabelecer um governo livre partindo dessa aspiração como de um ponto real, pôde ainda conseguir. E o principado coexiste com a república pela via das desigualdades, que o povo ajusta ao prestígio veemente exigido pela sua própria humilhação (BESSA-LUÍS, 1983, p. 115).

O narrador agustiniano utiliza o termo príncipe para caracterizar um membro da democracia, refere-se aos seguidores de José Matildes com corte, bem como utiliza a expressão “barões da política” para definir a matéria narrativa essencialmente abordada em *Os meninos de ouro*. Essa mistura de termos pode soar anacrônica entretanto, revela o modo de ser do livro: a História se repete, mas costumeiramente os homens não aprendem com ela e tendem a reproduzir erros e estruturas do passado, como a perspectiva de Aldo Marciano, referida anteriormente, ratifica. Antes, rei e seus duques; agora, presidentes e seus ministros. Portanto, ao retomar a História, Agustina Bessa-Luís frisa certos traços da condição humana que se reiteram de maneira camuflada ao longo da trajetória humana. Assim, por meio das escolhas lexicais, da análise sócio-histórica, Agustina Bessa-Luís avulta:

a reversibilidade da História, não como lição para o presente (à maneira Romântica), mas como assimilação de um tempo no outro, pelo outro, de forma a que se crie uma nova concepção de encarar o passado, passado constantemente recriado através da força psíquica do ser (MARINHO, 1995, p. 214).

É preciso ter em mente que Agustina Bessa-Luís quer enxergar para além da superfície e assim perceber o modo como as mais variadas formas de relações se dão. Pela óptica agustiniana, não é possível olhar apenas as transformações aparentes, facilmente perceptíveis, ostensivas, mas sim enxergar além da máscara. Não o que se esvai com as mudanças, mas o que se mantém. A constância diz muito sobre o caráter humano. Da reflexão sobre o particular, Agustina Bessa-Luís chega ao coletivo.

Porque todas as coisas têm uma máscara, até as pedras e os azulejos duma casa; ela impõe a separação, e só para além dela o mistério circula e nos oferece uma linguagem a decifrar. Nunca paro diante de nada durante muito tempo, por as máscaras não me interessarem; as primeiras impressões devem-se enterrar em segredo, como os reis africanos, e esperar o que delas sobrevive (BESSA-LUÍS, 1982, p. 112-3).

Agustina Bessa-Luís é ligada, como referido, à estética barroquista, ao conceptismo; portanto, é na essência, na profundidade do ser ou do objeto acessível apenas por meio da reflexão filosófica e, muitas vezes, da consequente complexidade necessária para descrever esse mergulho ontológico, ou seja, naquilo que é “relativo ao ser em si mesmo, em sua dimensão ampla e fundamental” (HOUAIS, 2009, p. 1389), que está o imo do seu discurso literário.

É assim que a autora olha para a monarquia, para a ditadura salazarista e para a terceira república, isto é, buscando não o que se modificou, mas o que se manteve, qual seja, a constância do desejo que a grande maioria dos homens tem de encontrar a solução dos seus anseios na imagem idealizada do porta-voz político até o encanto deste mostrar-se artificial, os anseios continuarem e o *status quo* modificar-se; no entanto, a força motriz dessa equação continua sendo a mesma, apesar das mudanças de sistema político.

Embora José tivesse motivos para se situar num plano que desconsiderava as premissas do antigo regime, a verdade é que lhe devia um certo culto. A sua razão não se afastava muito do eleitorado político que frequentara, e muitas vezes encontrava no fio das suas ideias as mesmas convicções que os textos do primeiro-ministro Salazar exprimiam (BESSA-LUÍS, 1983, p. 126).

Em “Da monarquia para a república”, Marques (2000) comenta que a passagem da monarquia para a república foi marcada por poucas mudanças realmente profundas na essência de se governar, isto é, as pessoas ainda buscam na imagem de um líder salvador a anulação das suas mazelas, antes presente na figura do rei, agora transferida para a do presidente; o autor

ainda sublinha que a própria estrutura social, responsável por movimentar a sociedade, impede profundas mudanças. Apesar das transformações ostensivas ocorridas, o subsolo continua inalterável.

Mas a verdade é que a toda essa variedade e instabilidade dos meios e dos agentes políticos correspondiam estruturas econômicas e sociais arcaicas, cuja solidez só pouco foi abalada e só pouco podia ser abalada. A organização da propriedade, por exemplo, reconhecida por todos como imprópria para o desenvolvimento da agricultura, dificilmente podia ser tocada sem uma dinâmica revolucionária que de todo faltava. Os pequenos proprietários recusavam-se ao emparcelamento, ao passo que os latifundiários rejeitavam in limine qualquer forma que lhes amputasse a terra (MARQUES, 2000, p. 286).

A multiperspectiva presente em *Os meninos de ouro*, como também o processo de ajuizamento operado por Agustina Bessa-Luís em seu discurso literário, em que camadas profundas da condição humana são reveladas, destaca a complicada impressão de mais do mesmo à medida que a História dá suas cambalhotas e, por mais que o corpo se movimente espacialmente, muito pouco realmente se modifica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *Os meninos de ouro*, Agustina Bessa-Luís destaca o caráter cíclico da História. A investigação operada pela autora revela uma estrutura psicossocial profunda que é parecida em cada um dos sistemas de governo surgidos ao longo da história da humanidade, posto que o elemento responsável por movimentá-los é, em essência, o mesmo. Há, portanto, um profundo exame sobre as relações de poder que envolvem os líderes políticos, seus subalternos e os governados pelos novos barões da política. Em síntese, *Os meninos de ouro* revela-se como um contundente estudo sobre a “cosmologia contemporânea”, utilizando uma expressão agustiniana, do poder político.

A História evidencia que continuamos submissos a uma figura-chefe, entretanto toda a estrutura do poder que a elege e a sustenta muda ao

longo dos tempos, uma vez que a insatisfação do desejo é uma característica inerente ao homem, como destacou o narrador de *Os meninos de ouro*. Aspirações novas facilitam o aparecimento de líderes emocionalmente projetados e costumam ser responsáveis por estes ganharem destaque, bem como facilitam o aparecimento de sistemas políticos diversos. Em alguns casos, essa movimentação coletiva é responsável por mudanças nas estruturas sociais. Todavia, como destacado, o olhar de Agustina Bessa-Luís está voltado para as camadas profundas das relações humanas nos seus mais variados tipos: amorosas, sociais, familiares e políticas, entre outras.

Além da singularidade com que Agustina Bessa-Luís olha para os acontecimentos históricos, ajuizando-os, revisando-os, podemos também entender *Os meninos de ouro* como um complexo diálogo entre a visão freudiana e a weberiana. Por meio de um recorte muito específico — o desenrolar da política portuguesa após a Revolução dos Cravos, bem como o ponderar sobre esta — Agustina Bessa-Luís chega a uma reflexão de caráter global e que perpassa a História dos homens, uma vez que a liderança política foi um dos eixos responsáveis para a formação da vida em sociedade.

Os meninos de ouro são, na verdade, em sua grande maioria, de ouro de tolo; no entanto, são os membros daquela comunidade, daquela nação, na insistência do costume de esperar pelo salvador, que compram aquela joia aparentemente rara para descobrir, após o olhar atento do ourives, que esta é uma falsificação, um adorno barato, assim como outras de modelo diverso também o eram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Trad. de Sonia Orieta Heinrich. São. Paulo: Diagrama & Texto, 1983.

BESSA-LUÍS, Agustina. *Contemplanção carinhosa da angústia*. Lisboa: Guimarães, 2000.

_____. *Dicionário Imperfeito*. Lisboa: Guimarães, 2008.

_____. *Os Manto*. Lisboa: Bertrand, 1961.

_____. *Os meninos de ouro*. Lisboa: Guimarães, 1983.

_____. *Longos dias têm cem anos* — presença de Vieira da Silva. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1982.

_____. *Santo António*. 2. ed. Lisboa: Guimarães, 1993.

BOSI, Alfredo. *Entre a literatura e a História*. São Paulo: Editora 34, 2013.

_____. Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em História literária. In: *Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 12. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CARPEAUX, Otto Maria. Introdução. In: *História da literatura ocidental*. São Paulo: Leya, 2011. v.1.

FILIZOLA, Anamaria. *O cisco e a ostra: Agustina Bessa-Luís biógrafa*. 2000, 311f. Tese (Doutorado em Teoria Literária). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. (Série Grandes Ideias)

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEME, Carlos Câmara. A romancista que sonhou a sua obra. *Ler*, Lisboa, n. 76, p.42-9, jan. 2009.

LOURENÇO, Eduardo. A indomável. *Ler*, Lisboa, n. 76, p.40, jan. 2009.

MACHADO, Álvaro Manuel. *Agustina Bessa-Luís: o imaginário total*. Lisboa: Dom Quixote, 1983.

MARINHO, Maria de Fátima. Reescrever a História. *Língua e Literatura*, Porto, n. 12, p. 189-219, 1995.

MARQUES, A. H. de Oliveira. Da monarquia para a república. In: _____. TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa, Instituto Camões, 2000. (Coleção História)

PEREIRA, Elsa. A corte do norte, de Agustina Bessa-Luís, ou o romance da saudade. *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, 2 série, v. 23, p. 307-24, Porto, 2006.

WEBER, Max. A política como vocação. In: *Ensaio de sociologia*. Trad. de Waltensir Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

Data de recebimento: 25 de abril de 2014

Data de aprovação: 30 de maio de 2014